



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Interpelação Escrita

No Relatório das LAG/16 refere-se, claramente, que se vai estudar sobre o aproveitamento da situação vantajosa de Macau, decorrente do princípio “um país, dois sistemas”, para promover o desenvolvimento de um sector financeiro. Ao longo dos últimos dois anos, o Governo da RAEM tem-se dedicado, a par de vários outros trabalhos, a impulsionar o desenvolvimento de um sector financeiro com características próprias. Definiu, em colaboração com o Instituto de Formação Financeira de Macau, o Plano de desenvolvimento de talentos locais; no âmbito da “fixação de residência temporária relativa a técnicos especializados”, foi criada uma passagem prioritária para os profissionais do sector financeiro com características próprias; e está em curso a revisão do regime jurídico dos incentivos fiscais à locação financeira. Entretanto, segundo informações de alguns dos operadores envolvidos, ainda são limitados os resultados do desenvolvimento do sector financeiro com características próprias, e os respectivos trabalhos de impulsionamento ainda merecem melhoria.

Alguém defendeu que o assegurar do pleno desenvolvimento do sector financeiro exige, indispensavelmente, suporte legal complementado por diplomas legais perfeitos. No tocante a este aspecto, não se registou qualquer problema nem no Interior da China nem em Hong Kong, no entanto, em Macau, os trabalhos de legislação e revisão legislativa relacionados com o sector financeiro são relativamente lentos. Com excepção das informações



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sobre a revisão legislativa no âmbito da locação financeira, não se registam quaisquer outras informações sobre uma plena revisão legislativa para o sector financeiro. Por exemplo, no tocante a uma lei sobre *trust*, indispensável para o desenvolvimento da gestão da riqueza, o Governo já procedeu, há algum tempo, a estudos sobre a indispensabilidade de legislar sobre a matéria, mas depois nada mais se ouviu; e quanto ao banco electrónico, os diplomas legais que regulamentam as transacções electrónicas encontram-se dispersos, faltando uma regulamentação única. Com a falta desses regimes jurídicos, o desenvolvimento dos serviços financeiros locais é gravemente afectado.

Alguém também afirmou que em Macau são poucas as infra-estruturas financeiras, que faltam infra-estruturas que possam fazer reflectir a maturidade do sector financeiro, por exemplo, o ecossistema financeiro, uma bolsa, uma base de dados sobre a concessão de créditos. Como o Governo não dispõe de um planeamento para o desenvolvimento geral do sector, os operadores estão muito preocupados com o futuro.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Atendendo às necessidades decorrentes do desenvolvimento em Macau de um sector financeiro com características próprias, o Governo deve definir planos para a criação de diplomas legais para regulamentação do sector. Isso já foi feito? O Governo dispõe de planos legislativos para a definição de uma lei sobre *trust* e de uma regulamentação única sobre as transacções electrónicas?
2. No Relatório das LAG para este ano, refere-se que o Governo da RAEM vai avançar com a criação duma base central de dados sobre a concessão



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de créditos. Qual é o ponto da situação? Face à fraqueza das actuais infra-estruturas financeiras, de que planos de acção abrangentes dispõe o Governo? O Governo deve considerar incentivar a entrada em Macau das grandes empresas estatais e instituições financeiras, e estabelecer diversas bolsas denominadas em RMB. Vai fazê-lo?

15 de Março de 2018

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Si Ka Lon